

REDES E INTERDEPENDÊNCIA: reflexões preliminares

Zilá Mesquita *

A Transnacionalização cada vez mais acentuada da economia e o grande desenvolvimento das comunicações faz com que haja uma intensificação na formação de redes no mundo dos negócios e que até vivamos hoje em redes, cuja trama não é sempre tão visível ou perceptível. Elas, as redes, proporcionam uma mobilidade espaço-temporal no planeta, nunca antes atingida. Com isso, as transformações atuais criam, simultaneamente, vários territórios descontínuos e fragmentados e novas formas de sociabilidade, diversas da convivência permanente, como era até então vivida e conhecida como tal. As redes sugerem a flexibilidade de cada parte da malha e suportam portanto as diferenças, inclusive a *diferenciação espacial*.

O presente trabalho busca oferecer algumas reflexões preliminares para compreender redes enquanto novas formas emergentes de organização social, esta última aqui tomada em sua acepção mais ampla, isto é, em seus aspectos sociais, gestionários e econômicos. Busca ainda inserir preliminarmente um conceito que parece ser chave para esta compreensão. Trata-se do conceito de *interdependência*. Ao contrário daquele de hierarquia, tradicional em algumas áreas do conhecimento como Administração e Geografia, a interdependência não supõe necessariamente uma escala pré-figurada de autoridade ou comando entre os integrantes da rede. Abre-se assim uma gama de possibilidades de fluidez e autonomia que, embora possam vir a estimular a cooperação entre estes integrantes, não garantem porém a eliminação de obstáculos, incertezas e riscos na prática de uso de redes.

Como ponto de partida, considera-se algumas caracterizações a respeito de redes cuja intenção, buscando pontos de vista diferentes, é a de apresentar um conceito que, se melhor operacionalizado, possa talvez futuramente tornar-se mais útil, uma vez que ele parece importante para compreender as transformações nem sempre claras a que hoje assistimos no território e nos processos gestionários.

* Professora Adjunta - Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Redes, formas e conteúdos

Uma pergunta, por mais elementar que pareça, faz-se necessária: - o que são as redes e que papéis está sendo atribuído num mundo de rápidas transformações?

Dupuy, em 1987, enfatizava que o discurso sobre as redes realça a imagem dos equipamentos de infraestrutura: - redes viárias, de transporte coletivo, redes de energia e até redes de informação são pensadas como elementos materiais, duráveis, estruturantes do espaço de maneira irreversível e cuja concepção e gestão valem-se de normas e critérios de otimização que não são diretamente políticos. Por esta razão são denominadas redes técnicas de infraestrutura ou mais simplesmente redes técnicas. Esta é uma primeira aceção cujo caráter abrangente permite inclusive insumir análises de cunho econômico a respeito de redes, no que respeita às relações entre empresas e entre estas e consumidores, portanto privilegiando relações de mercado.

Redes e empresas

No entanto, mesmo desconhecendo aquela afirmativa de Dupuy e seus desdobramentos, um observador mais atento perceberá que estas redes funcionam efetivamente a escalas macro-econômicas, na definição de produtos, de produção especialmente segmentada, de distribuição e partilha de mercados entre as companhias transnacionais. São redes pragmáticas e percebe-se que até elas procuram acordos, alianças e interconexões. Aliás, a este respeito, Lacoste assim explicita: *"De fato, o desenvolvimento das trocas, da divisão do trabalho, o crescimento das cidades, fazem com que cada espaço (ou espaços) limitado(s) do qual ele (o indivíduo) pode ter o conhecimento concreto, não corresponda mais que a uma pequena parte somente de suas práticas sociais. As pessoas, cada vez mais diferenciadas profissionalmente, são individualmente integradas (sem que elas tomem conhecimento disso) em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distâncias mais ou menos amplas (relações de patrão e empregados, vendedor e consumidores, administrador e administrados...). Os organizadores e responsáveis por cada uma destas redes, isto é, aqueles que detêm os poderes administrativos e financeiros, têm uma idéia precisa de sua extensão e de sua configuração; quando um indivíduo ou um comerciante não conhece bem a extensão do seu mercado, ele manda fazer, para ser mais eficaz, um estudo onde será possível distinguir a influência que ele exerce (e a que ele pode ter) a nível local, regional, nacional, levando em consideração as posições de seus concorrentes".* (Lacoste, 1988)

Na verdade, quando Lacoste se refere a redes, aponta dois aspectos passíveis

de consideração. O primeiro é que os organizadores e responsáveis detentores de poderes administrativos e financeiros têm idéias precisas a respeito da configuração das redes. Atualmente, a fluidez de alguns tipos de redes talvez coloquem em causa esta certeza a respeito de sua extensão e configuração. Segundo: o conceito de rede parece estar para Lacoste miscigenado com o de área de influência. Ora, bem sabemos que este último pode supor a concepção de hierarquia - outro conceito que a fluidez de algumas redes parece estar pondo em cheque, embora não se esteja com isso prognosticando uma tendência ao seu desaparecimento.

O paradigma das redes como contraponto ao de mercados tradicionais e ao de hierarquias

Entretanto elas, as redes, não parecem restringir-se aos aspectos econômicos. Como Cooke, P. e Morgan, K. (1991, p.1) chamam a atenção: *"A emergência (ou talvez re-emergência) de formas de rede em organização tem sido ventilada por um número de autores perfilando um largo espectro de atividade intelectual, ex: teoria organizacional, administração de negócios, teoria econômica, sociologia, ciência política e estudos regionais para nomear alguns* (Antonelli, 1988; Sabel, 1988; Imai and Baba, 1989; Powell, 1990; Freeman, 1990; OECD, 1990). (...).

*O que temos chamado o paradigma da rede é não tanto uma teoria mas um escopo analítico potencialmente rico para compreender novas tendências em empresas e desenvolvimento espacial. O fato que não é observado de uma posição teórica simples, é claro no modo pelo qual um número de teóricos tem utilizado 'redes' para explicar novas saídas em desenvolvimento empresarial e espacial. Por exemplo, o conceito de 'rede' figura em alguma extensão em todas as três escolas teóricas mencionadas antes, isto é 'pós-fordismo', 'especialização flexível' e 'lean production'."*¹ Eles consideram importante distinguir o paradigma de rede tanto do de 'mercado' quanto do de 'hierarquias', e para tanto buscam e se apoiam na explicação de Powell, (1990)² que assim citam:

Nos modos em redes de alocação de recursos, as transações ocorrem nem através de trocas pontuais nem por assentimentos administrativos, mas através de redes de indivíduos ou instituições engajados em ações recíprocas, preferenciais, mutuamente apoiadas. As

¹ A tradução deste e dos trechos que seguem são minhas.

² POWELL, W. (1990) *Neither Market nor hierarchy: network forms of organization*, paper to the Workshop on the Socio-Economics of Inter-Firm Cooperation, 11-13 June, Berlin.

redes podem ser complexas: elas nem envolvem critérios explícitos de mercado, nem rotinas bem organizadas de hierarquia. Um pressuposto básico das relações em rede, é que as partes são mutuamente dependentes de recursos controlados por outro, e que há ganhos a ser obtidos por um pooling de recursos. Nas formas de alocação de recursos em rede, as unidades individuais não existem por elas mesmas, mas em relação a outras unidades. Estas relações necessitam consideráveis esforços para se estabelecer e se sustentar, portanto elas requerem habilidade de ambos os partidários para se adaptar a circunstâncias cambiantes. Conforme as redes evoluem, pode tornar-se mais economicamente sensível exercer voz do que êxito. Benefícios e fardos começam a ser partilhados ... Complementariedade e acomodação são as pedras fundamentais da exitosa produção em redes. (Powell, 1990)

Cooke e Morgan (1991, p.2) ainda referindo-se a redes em atividades empresariais, acrescentam uma outra observação esclarecedora: *“como os limites das redes podem ser extremamente imprecisos, parcialmente porque elas são condicionadas por ligações tanto formais como informais, a organização em forma de rede nem é fácil, nem menos custosa de administrar. Na verdade, para aquelas empresas considerando alguma forma de arranjo em rede com tarefas externas, esta opção representa uma maior troca de estratégias empresariais, não menor porque redes criam, de um lado, resultados altamente sensíveis de autonomia empresarial, e de outro, conhecimento de direitos de propriedade.”* Eles sugerem também que a emergência de formas organizacionais em redes dentro de e entre empresas, são um meio pelo qual as empresas estão **tentando** enfrentar mais efetivamente ambos os perigos: o da troca tecnológica acelerada e o da incerteza do crescimento comercial. Poder-se-ia acrescentar que tais incertezas estão apresentando reflexos sobre o mundo do trabalho, dos quais a subcontratação industrial de serviços, além da tercerização de parte da produção são alguns indicadores dos novos arranjos e instabilidades no fator trabalho.

Tais constatações nos remetem a alguns questionamentos que não se pretende responder no âmbito destas breves reflexões, mas que poderiam futuramente impelir pesquisas na busca de respostas, como os seguintes:

- As redes tenderão ou não a substituir inteiramente os mercados diretos; ou seja: as relações mais diretas entre consumo e produção? Se afirmativo, ou se apenas

parcialmente, em que setores isto seria passível de ocorrência?

- Sendo dado que o poder nas organizações sempre supõe uma hierarquia, como tenderão o poder, a autoridade e a burocracia a se estruturar com a intensificação do uso de redes?

Há, porém, um outro aspecto importante a considerar no paradigma da rede. Trata-se de suas implicações no desenvolvimento regional. Segundo os mesmos autores, isto se evidencia pelos meios através dos quais na Europa as agências regionais estão tentando forjar novos arranjos em rede com (e entre) suas economias regionais. Nesta ampliação da noção de rede, Cooke e Morgan parecem ser os autores que mais se aproximam de uma interação entre redes técnicas e redes enquanto trama de relações sociais.

Todavia alguns autores discutem-nas separadamente ou ainda como oponentes, embora esta dicotomia possa vir a ser reparada, como menciona um desses autores. É o caso de Dupuy (1987), para quem a imagem de redes técnicas se pode opor aquela utilizada nas ciências humanas em que *“a rede significa antes um modo de organização flexível, diversificada, rica de possibilidades, eminentemente evolutiva. Em geografia, por exemplo, a rede se faz e se desfaz ao mesmo tempo que evolui o espaço econômico e social. (...) ... a ênfase está então, não sobre os elementos técnicos onde o agenciamento e o funcionamento dependem de uma ‘companhia’, mas na organização evolutiva que permite servir uma ‘unidade geográfica’ humana, lugar de múltiplas mudanças. Poder-se-ia então falar de redes territoriais por contraste com as redes técnicas.”* (Dupuy, 1987:176). Porém, como ele mesmo salienta, esta oposição não é mais que aparente; necessita-se repensar as redes técnicas enquanto redes territoriais. Há ainda na assertiva um outro elemento merecedor de atenção: é que a organização evolutiva das redes servindo ao que ele denomina uma ‘unidade geográfica’, pode conduzir a uma interdependência em que a tônica não esteja necessariamente na hierarquia.

As redes e seus axiomas

Os problemas que se apresentam: - papel da informação, automatização, interconexão, desregulação, adaptação aos territórios - segundo Dupuy, incitam a reencontrar a verdadeira natureza das redes. Para tanto há que considerar um *primeiro axioma* inserido na própria base da noção de rede: - a **diversidade e a heterogeneidade no espaço e no tempo**³, donde a necessidade

³ O grifo é meu para associar este axioma apresentado por Dupuy à diferenciação espacial, ou, como quer Lacoste: - a espacialidade diferencial.

de assinalar pontos que “*não são puras abstrações geométricas. Elas têm uma espessura social, geográfica que fazem disso ‘a expressão de todo ego individual ou coletivo’; indivíduos localizados, povoados, cidades, capitais, metrópoles como os geógrafos têm reconhecido há longo tempo; mas também, por que não, usinas, habitações, barragens e centrais elétricas, estações de depuração? Trata-se de todo modo de ‘nodosidades territoriais, lugares de poder e de referência’, descontinuidades no continuum espacial ou espaço-temporal. Estes pontos são diversos, diferentes pois realçam entidades distintas, vontades distintas, poderes dessemelhantes. Sem este axioma de diversidade que coloca a existência de pontos ou não, se se preferir, de nós, não pode haver rede.*” (Dupuy, op.cit.:177)

Para Dupuy um *segundo axioma* envolve a compreensão da noção de rede: - **os projetos transnacionais.** Ele assim o explica: “*O ponto não sendo uma abstração, mas, segundo C. Raffestin, a expressão de um ego individual ou coletivo, isto é, o lugar donde um ator pensa sua ação, ele pode tornar-se a origem duma ação individual ou coletiva de relação, de ligação potencial com um outro ponto (isto é, um outro ator). É isto que se chamará projeto de transação ou projeto transnacional. Isto fazendo, o ator faz entrar o ponto visado pelo projeto transnacional no seu território pois ‘o espaço é transformado em território pela visão, pela intencionalidade do ator... Os atores não se afrontam, eles agem e por consequência eles procuram entreter relações, assegurar funções, influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se estender ou se aproximar’.*⁴ *Estas relações se alimentam de diferenças entre os pontos (primeiro axioma). Elas são múltiplas para um dado ator.*” (Dupuy, op.cit.:177)

Mas como não passam de projetos, suas realizações supõem uma potencialidade, ou melhor um poder: “*poder de fazer entrar num outro lugar, um outro ponto no território do ator, de estabelecer a relação desejada, projetada, no espaço e no tempo. (...) aqui também, postos de lado casos particulares onde o poder de um ator é tal que ele pode realizar seu ou seus projetos transnacionais, é um outro ator, coletivo desta vez, que é capaz de concretizar o projeto transnacional pelo seu próprio poder. Mas o novo ator, que chamaremos “operador”, não trabalha em benefício de um só. Ele reúne um conjunto de projetos transnacionais, de demandas de relacionar diferentes pontos entre eles, graças a um tipo de delegação coletiva de poderes. Este conjunto de projetos transnacionais será então visto como a Rede de Projetos Transnacionais. (RPT). (idem).*”

⁴ Dupuy citando Raffestin in “*Pour une Géographie du Pouvoir*”, mas sem mencionar a página.

A Rede de Projetos Transnacionais: RPT

Assim sendo, para Dupuy, a RPT apresenta duas características essenciais: ela realça o desejo e o imaginário e ela permanece no domínio da virtualidade e não da realidade: “*O que importa ao conjunto dos atores envolvidos é o conjunto das possibilidades transnacionais ofertadas pela RPT. Tal ponto deve estar em relação com tal outro ponto para tal transação hoje, mas também com outros pontos para outras transações que serão talvez úteis para amanhã... ou jamais. Esta não é somente uma relação que é projetada mas um conjunto de ligações potenciais entre as quais as escolhas se farão em função do momento ou das circunstâncias.* (op.cit., p.177)

Em suma: estas duas características - imaginário e virtualidade⁵ - tendem a fazer da RPT uma rede maximizante. E é assim que explicita sua posição:

É necessário precisar ainda que este caráter maximizante apresenta sempre limites que o atém à história. A concepção dum território fundado sobre possibilidades de relações, de comunicação, de circulação, sobre “transações” entre “pontos”, nada tem de universal. Há outras formas de constituição e de marcar os territórios por fronteiras, delimitações, quadriculados, e, sob o registro temporal, cronologias que não evidenciam nem a instantaneidade nem a rapidez. Estas formas tem mesmo sido predominantes na história das sociedades humanas. Se a concepção duma territorialidade transnacional parece emergir mais e mais nas sociedades modernas, isto não exclui a manutenção de diversas marcas territoriais por vezes muito potentes. Estas outras formas de territorialidade vêm sempre restringir a RPT. Os projetos dos atores não vislumbram, mesmo no imaginário e na virtualidade, todas as ligações possíveis imediatamente com todos os pontos. Fronteiras subsistem ou aparecem aqui e lá, que excluem certos pontos, certas praias de tempo, certos ritmos... Assim se impõem limites entre o “dentro” e o “fora”, limites

⁵ O autor não explicita o que entende por virtualidade. Esta pode ser entendida como algo existente como faculdade, mas sem exercício ou efeito atual, ou seja: algo possível, suscetível de se realizar, portanto potencial.

que as transações não saberiam transgredir (...).

Enfim, por construção mesmo, a RPT é uma rede territorial. Enquanto projeto coletivo de um conjunto de atores, ela é a expressão duma territorialidade que o operador deveria realizar. Mas, como nota Raffestin: “diferentes restrições técnicas, econômicas, políticas intervêm... a rede... é um compromisso entre rede máxima e meios à disposição e condições reais.” (Dupuy, op.cit.:178)

Para ilustrar o funcionamento de uma RPT, seria desafiador tomar como objeto de estudo um setor da economia aparentemente muito interativo hoje, como é o dos agronegócios. Em outras palavras: como estarão se produzindo as relações entre vários segmentos de setores produtivos e de comercialização e financiamento em agronegócios? Para ficar num só exemplo, quais seriam as condições propícias ou limitantes à formação de redes numa cadeia produtiva como, por exemplo, a do leite?

A questão que se deriva da argumentação destes dois autores é sem dúvida pertinente, sobretudo na análise de transações econômicas em rede. Este ponto de vista extremamente lógico e racional de Dupuy e Raffestin, embora argumente e até denomine a rede territorial de rede transnacional, não se ocupa porém de um ponto essencial no exame de tais redes, revelador de seu êxito ou de seu fracasso: - a sociabilidade e as suas formas de organização social. Vejamos então como outros analistas trataram do problema. Além disso, observe-se que esta perspectiva demonstra a aplicação do conceito de rede a outras facetas da vida humana que não apenas a econômica, como aquela das relações sociais.

Redes territoriais - coesão ou desestruturação social?

O objetivo deste tópico é apenas o de introduzir uma discussão sobre a relação indivíduo-sociedade, no sentido de como a sociabilidade vem se alterando e se ela assumiu ou vem assumindo uma nova expressão que se reflita ou não no território, ou seja: o exercício da sociabilidade em redes. O conceito de rede aplicado às relações sociais é relativamente novo. Talvez por isso a clareza ou a explicitação desejada não alcancem a medida das expectativas.

Wellman e Leighton (1981)⁶ esclarecem: “Pensamos que a rede é uma

⁶ WELLMAN, Barry e LEIGHTON, Barry (1981) - “Réseau, quartier et communauté. Préliminaire à l'étude de la question communautaire” *Espaces et Sociétés* n° 38, 39: 111-133.

perspectiva analítica que responde de maneira mais adequada à questão da comunidade nos estudos urbanos do que a ênfase tradicional no bairro. Uma análise da comunidade fundada sobre a rede toma como ponto de partida a pesquisa de relações sociais e de fluxo de recursos. É só neste momento que se estuda a distribuição no espaço e os sentimentos de solidariedade associados às relações observadas. Este enfoque libera em grande parte o estudo da comunidade de seus vínculos espaciais e normativos. Ele torna possível a descoberta de comunidades fundadas sobre redes e que não se prendem nem a um bairro particular nem a sentimentos de solidariedade. (...)

Deixando aberta de início a questão da distribuição no espaço, esta perspectiva permite tanto descobrir um “povoado urbano” (Gans, 1962) como uma “comunidade sem proximidade” (Webber, 1963). Uma análise centrada sobre a rede pode igualmente mostrar que existe ainda um número importante de laços estreitos, mas que eles se situam raramente no bairro”.

Wellman e Leighton (op.cit.:113-114) analisam em seu trabalho três teses em sociologia urbana que debateram a questão da comunidade e a descrição das redes urbanas correspondentes a cada uma: “- a **comunidade perdida**, que postula a ausência de solidariedade entre vizinhos, a **comunidade protegida** que afirma sua existência. A tese da **comunidade emancipada**, ao contrário, não reconhece o bairro como base da comunidade”. Não atende aos propósitos deste trabalho a apresentação e análise das posições destes autores.

O que importa aqui é ressaltar a questão da proximidade, tal como eles a apresentam na tese da comunidade emancipada. Nela, a comunidade saiu do espaço restrito do bairro e dispersou as relações sociais devido a um certo número de mudanças estruturais e tecnológicas pois em vez de estarem todas contidas em comunidades solidárias, as relações sociais têm agora bases mais estreitas por várias razões. “Ela pretende que podem existir hoje “comunidades sem proximidade” (Webber, 1964), nas quais a distância e a duração dos deslocamentos são percebidos como restrições mínimas.

Como se assenta sobre a comunidade não-espacial, a tese da comunidade emancipada apóia sua metodologia sobre técnicas de análise centrada sobre a rede” (cf. Kadushin, 1966; Walker, 1977; Wellman, 1979) (...) (Wellman e Leighton (op.cit.:121)

Uma das hipóteses sobre qual se assenta a tese da comunidade emancipada é que **certas relações podem ser mobilizadas dentro da rede para trazer uma ajuda global ou específica em situações cotidianas ou em caso de urgência. A mobilização é mais ou menos provável segundo a qualidade da relação a dois, mais que segundo a natureza da rede** (idem, p.122). É pena que os autores não explicitem as circunstâncias que os conduziram a tal formulação.

Entretanto para eles, uma das implicações políticas da tese da comunidade emancipada é que os seus adeptos apelam ao esforço de outras redes sociais que não as redes tradicionais centradas sobre o bairro e sobre a família. As redes emancipadas são redes fracamente soldadas, cujos limites imprecisos são mal equipados estruturalmente para o controle social interno; daí os limites frouxos de fraca densidade e que se estendem consideravelmente para adicionar novos membros. Porém tais redes emancipadas ramificadas são bem estruturadas para a aquisição de recursos suplementares através de um grande número de conexões exteriores diretas e indiretas, ainda que a relativa ausência de solidariedade que as caracteriza supõe que talvez seus membros só terão acesso a uma proporção mais restrita de recursos.

Práticas sociais, relações emergentes e interdependência

Todavia a que nos conduzem tais assertivas? Elas podem nos levar a refletir sobre redes territoriais sob dois aspectos relevantes:

Primeiro: - redes como difusoras de *práticas sociais* a várias escalas: seja a escala intra-urbana ou em redes de cidades a escalas espaciais de amplitudes diversas, e aí é que reside um vasto campo para perquirições, uma vez que a contigüidade espacial está ausente. Neste caso, o questionamento de base pode se voltar à difusão de informação na malha e às circunstâncias de sua circulação e retorno.

Segundo: - redes como signo de *relações territoriais emergentes*.

Ambos os aspectos nos põem a questão mais ampla: - que modalidades de interdependência estarão emergindo nas redes enquanto formas de organização social?

A este propósito, cabe lembrar que Maffesoli, M.⁷ (p. 59 e seg.), também discutindo redes nas relações humanas e suas transformações atuais, afirma que o fato novo emergente que se desenvolve é a multiplicação de pequenos grupos de *redes existenciais*; um tipo de tribalismo que repousa simultaneamente sobre o espírito de religião e sobre o localismo. Religião em sua acepção de – *re-ligare* – um “divino social”, uma espécie de “religião civil”, embasada sobre a solidariedade, enquanto que o localismo apela à proximia, à natureza. A fluidez de tais redes ao mesmo tempo que liga as pessoas, as deixa livres numa racionalidade proxêmica (idem, p. 177). E conclui que “o paradigma da rede pode ser assim compreendido como a

⁷ MAFFESOLI, M. (1988) – *Le temps des tribus – Le déclin de l'individualisme dans les sociétés des masses*, Paris, Meridiens Klincksieck.

reatualização do antigo mito da comunidade. Mito no sentido de que algo que talvez jamais existiu, possa agir com eficácia no imaginário do momento. Daí a existência destas pequenas tribos efêmeras na sua atualização, mas que nem por isso deixam de criar um estado de espírito que parece chamado a durar. É necessário ver aí o retorno trágico e cíclico do mesmo? É possível. Em todo o caso isto nos força a repensar a misteriosa relação que une o “lugar” e o “nós”. (ibidem, p. 182) Um exemplo ilustrativo destes dois aspectos é a formação de redes de cidades como a Eurocidades e a Mercocidades para discutir temas e propostas de desenvolvimento no âmbito das mesmas.

Para não concluir

Se as redes contemporâneas rompem com a antiga concepção de região encerrada em limites rígidos, então não são mais eles que estariam bloqueando as transformações, o que poderia talvez acarretar várias implicações a diferentes escalas espaciais. Apenas uma ilustração atual à escala internacional: como estarão se desenvolvendo, para ficar em um exemplo só, as relações sociais e econômicas pós-independência nos países que se emanciparam da ex-URSS? Conhecê-las talvez possibilitasse perceber que redes não se associam necessariamente a sistema, - noção que sugere um funcionamento *integrado* entre as partes, como antes parecia ocorrer naquele conjunto de países. Fragmentações territoriais como estas, existem múltiplas ao longo do tempo na história da humanidade. Então o que é *novo*? A hipótese de trabalho mais rudimentar é de que a novidade seja a descontinuidade espacial na sociabilidade. Em outras palavras: não é a descontinuidade espacial a responsável pelos processos viabilizadores de interdependência entre países, novas interações sociais, de produção, distribuição ou consumo. E o que permitiria a re-união, a interconexão, enfim, a continuidade da sociabilidade, seriam justamente as redes. São elas a nova forma de regionalização, aqui tomada no sentido do processo contínuo de transformação dos territórios nos seus aspectos econômicos e gestionários. E é ainda através das redes que melhor se expressa o papel da tecnologia na junção de espaços descontínuos. Como antes mencionado, a transnacionalização da economia, o grande desenvolvimento das comunicações, faz com que vivamos hoje em redes cuja trama não é sempre visível. A mobilidade e a comunicação espaço-temporal proporcionada pelas redes, atestam a importância de sua análise em aspectos como as condições em que se efetivam ou não a cooperação e a interdependência. As transformações atuais seriam, simultaneamente vários territórios descontínuos e fragmentados e novas

formas de sociabilidade, diversas da convivência permanente, como era até então vivida e conhecida como tal. As redes sugerem a flexibilidade de cada parte da malha e suportam portanto as diferenças, inclusive a *diferenciação espacial* pré-existente ao capitalismo, o qual não chega a homogeneizá-la, uma vez que mesmo neste modo de produção ela permanece. Mas a novidade, se é que existe, e que caberia investigar, diz respeito às possibilidades de interatividade que estas novas formas emergentes de relações sociais estão configurando. Por fim, uma questão de fundo contemporânea que se proporia talvez aos estudiosos das redes, vistas como estas novas formas emergentes de relações territoriais, seria atinente às escalas de participação nas decisões. Em outras palavras, uma questão ampla que se põe hoje sobre a necessidade de priorizar decisões sobre temas econômicos e sociais é: - que problemas devem ser tratados numa escala **global**, mas com *ubiquidade*, ou seja em todos os lugares e não globalmente apenas por *alguns* e que problemas locais **devem** ou **podem** ser tratados só por alguns ou por todos? E, nesse último caso, qual o grau, a intensidade e o volume de participação deste “todos” e que papel caberia às redes?

BIBLIOGRAFIA

- COOKE, Philip and MORGAN, Kevin (1991) – “The NETWORK PARADIGM New Departures in Corporate and Regional Development” Paper presented at the internacional seminar “*Undefended Cities and Regions Facing the New Eoropean Order*”, Lemmos, Greece, August 27-September 1, 1991.
- DUPUY, Gabriel (1987) – Les réseaux techniques sont-ils des réseaux territoriaux? *L'Espace Géographique*. 3:175-184.
- MAFFESOLI, M. (1988) – *Le temps des tribus - Le déclin de l'individualisme dans les sociétés des masses*. Paris: Meridiens Klincksieck.
- MESQUITA, Zilá (1992) *Antenas, Redes e Raízes da Territorialidade*, São Paulo USP. Tese de doutorado não publicada.
- POWELL, W. (1990) *Neither Market nor hierarchy: network forms of organization*, paper to the Workshop on the Socio-Economics of Inter-Firm Cooperation, 11-13 june, Berlin.
- WELLMAN, Barry; LEIGHTON, Barry (1981) – “Réseaux, quartier et communauté. Preliminaire à l'étude de la question commutautaire”, traduzindo de *Urban Affairs Quaterly*, v. 14:3 in *Espaces et Sociétés* 38-39:111-133, juillet-décembre.